

Cabral e Sarney debatem mudança na anistia e no parlamentarismo

por Andrew Greenlees de Brasília

A poucas horas do término do prazo para a apresentação do substitutivo (novo texto constitucional) do relator Bernardo Cabral, o sistema de governo a ser adotado no País voltou ao centro dos debates, ao lado da questão da anistia aos cassados pelo regime militar. Cabral deverá entregar o substitutivo hoje às 17h, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Cabral almoçou ontem com o presidente José Sarney e o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. A noite, acompanhado do relator adjunto, senador Fernando Henrique Cardoso, reuniu-se novamente com Sarney, no Palácio da Alvorada. Em pauta, possíveis modificações no sistema de governo. Na véspera, Cabral havia confirmado que proporia o parlamentarismo, num modelo muito aproximado do clássico. Sarney prefere o presidencialismo.

Outro relator adjunto, o senador José Ignácio, confirmou que além do sistema de governo, a anistia continuava sem uma definição até o final da noite de ontem. Segundo o senador, a dúvida estava na reintegração às Forças Armadas e indenização de militares cassados. Quanto às possíveis falsificações da assinatura do presidente Costa e Silva, em 1969, em atos de cassação, encontrou-se uma solução: os cassados poderão recorrer ao Supremo Tribunal

Moreira quer submeter decisão a plebiscito

por Zanoni Antunes de Brasília

O governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, esteve ontem com o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e sugeriu a realização de um plebiscito nacional na hipótese de a Assembleia Constituinte vir a adotar o sistema parlamentarista de go-

verno. Segundo o governador do Rio, o atual sistema presidencialista foi confirmado por meio de uma consulta popular e só através dessa consulta poderá ser mudado.

Moreira Franco afirmou que acredita que o presidencialismo deverá ser mantido na próxima Carta devido "à tradição política brasileira".

Para o senador, "não existe parlamentarismo híbrido, mas é preciso definir um prazo de implementação gradual do sistema parlamentar, pois ele precisa de partidos ágeis e de um Congresso forte que o Brasil não tem devido ao período autoritário".

Richa explicou que o projeto "Hércules", trabalho de um grupo de constituintes de posições mais conservadoras, "discutiu pri-

Federal e, caso sejam confirmadas as fraudes, serão indenizados.

Ainda com relação ao sistema de governo, o relator adjunto Nelson Jobim adiantou que a data de 15 de março para implantação do parlamentarismo, caso seja este o sistema aprovado, deverá ser mantida no substitutivo. Todos os relatores admitiam, no



Ronaldo Costa Couto

Executivo na Constituinte. "É legítimo que o governo lute pelos seus pontos de vista. Vamos deixar de hipocrisia", rebateu.

Costa Couto disse que Sarney continua convicto de que o presidencialismo é o melhor sistema para funcionar num "país subdesenvolvido", como

entanto, a possibilidade de mudanças no texto até as 11h da manhã de hoje. Neste momento, serão conhecidos os resultados dos contatos mantidos ontem por Cabral com o presidente Sarney. Ao deixar o Palácio da Alvorada, às 22h, o relator da Constituinte evitou dar entrevistas.

ORÇAMENTO

O deputado José Serra, que vem participando dos

Richa quer mudança de sistema só em 1994

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O senador José Richa (PMDB-PR) disse ontem, em São Paulo, onde participou de uma reunião da diretoria da Federação do Comércio, que "1994 seria a data ideal para que o sistema parlamentar estivesse funcionando integralmente no País".

Até lá haveria um processo de transição, que "poderia começar já no período Sarney, se o presidente topasse. Ele entraria para a História e teria dois anos para fazer avançar o parlamentarismo até que ele atingisse sua forma clássica", declarou Richa.

Para o senador, "não existe parlamentarismo híbrido, mas é preciso definir um prazo de implementação gradual do sistema parlamentar, pois ele precisa de partidos ágeis e de um Congresso forte que o Brasil não tem devido ao período autoritário".

Richa explicou que o projeto "Hércules", trabalho de um grupo de constituintes de posições mais conservadoras, "discutiu pri-

o Brasil. "O parlamentarismo é um sistema mais sofisticado. A curto prazo, o presidente entende que o presidencialismo é melhor", explicou o ministro, acentuando: "A Constituinte tem de refletir a realidade do País". Ele acha desnecessário usar o plebiscito, para a população decidir o sistema de governo. O plebiscito, segundo o ministro, seria uma maneira de ignorar a própria soberania da Constituinte.

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, também condenou a ideia do plebiscito, logo após manter uma audiência com Sarney, no início da noite de ontem. Ele saiu do palácio do Planalto confiante no predomínio da tese presidencialista, justificando-se: "Há um segmento grande na Constituinte que já concluiu que essa é a melhor proposta". Maciel confirmou a disposição de Sarney de lutar pela manutenção do presidencialismo.

trabalhos de elaboração do substitutivo, informou que apenas a educação terá seus recursos previstos em percentuais fixos da arrecadação. A Constituição deverá fixar que os estados definirão que parcela de sua receita aplicarão na educação. A princípio, até que os orçamentos estaduais novos entrem em vigor, o percentual será de 18% para a União e 20% para os estados.

meiro os pontos de consenso para poder avançar. Temas como a anistia para os militares, reforma agrária, sistema de governo e mandato presidencial, que são os mais polêmicos, nós ainda não definimos".

Por isso, o grupo manteve nestas questões o texto do primeiro anteprojeto do relator Bernardo Cabral, "o que ele não quer dizer que não será modificado". A partir desta semana, o grupo retoma as discussões para aprimorar o "Hércules".

Em relação à anistia para os militares, Richa acredita que "a emenda constitucional nº 26 é a mais descendente da História do Brasil e não precisa ser alterada". Sobre a reforma agrária, o senador defende o direito de o desapropriado questionar na Justiça a legitimidade do processo e maior liquidez para as taxas da dívida agrária. "É preciso que o Executivo faça um orçamento coerente com as desapropriações. Sem dinheiro para se sustentar, não haverá reforma agrária", comentou.

Grupos tiveram pouca influência na elaboração do texto

por Cecília Pires de Brasília

Nenhum dos grupos que disputam hoje o poder dentro da Constituinte conseguiu predominância no texto do substitutivo que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, deve apresentar hoje aos parlamentares, com exceção do Palácio do Planalto. Foi com o próprio presidente Sarney que Cabral acabou tendo de prestar contas, em seu estilo pessoal e solitário de decidir, ao resolver incluir no texto o regime de governo parlamentarista segundo a fórmula de Afonso Arinos, a partir de março do ano que vem.

Durante todo o processo de costura do substitutivo, Cabral ouviu muito, aceitou sugestões de todos os lados, mas acabou decidindo por conta própria, embutindo no texto decisões que não resultaram do consenso obtido nas negociações efetuadas pelos relatores-adjuntos com os quais trabalhou até aqui. O sistema de governo foi só mais um exemplo. Embora o parlamentarismo fosse uma tendência majoritária entre as várias correntes representadas na comissão de elaboração do substitutivo, a fórmula encontrada foi uma solução exclusiva de Cabral.

"A face mais parecida do substitutivo é a do Bernardo Cabral", resumiu o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. "O substitutivo nasce de um pemedebista, mas reconheço que Cabral levou em conta não apenas o PMDB, mas outras correntes e outras influências".

Os exemplos não foram poucos. Na última sexta-feira e sábado, o grupo de relatores comandado pelo senador Fernando Henrique Cardoso havia concluído vários temas do substitutivo, através de intensas negociações. Na segunda-feira, surpresos, os relatores e seus assessores jurídicos encontraram no computador que armazenava o texto do substitutivo fórmulas diferentes daquelas acordadas em temas como sistema tributário, meio ambiente, questão indígena.

"O relator só obedecia à liderança do Palácio do Planalto", disse ontem um dos assessores jurídicos que participaram das negociações no edifício do Banco do Brasil. "Cabral sofreu influências do consultor-geral da República, Saulo Ramos, dos ministros militares, especialmente o do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e ouvia muito o jurista Sérgio Ferraz. Nenhum outro grupo político de influência na Constituinte conseguiu ser hegemônico nem influir tanto quanto o governo", afirmou um parlamentar.

O relator conseguiu pulverizar os grupos de poder convencionais dentro do próprio PMDB. "Cabral foi

mágico no papel de diluir as coisas", definiu um líder do partido, ligado ao deputado Ulysses Guimarães. Preocupado com o resultado do relatório feito a partir dos trabalhos das comissões e subcomissões e com os grupos de parlamentares que espontaneamente procuravam fórmulas de consenso para orientar os trabalhos, Ulysses tentou retomar o controle do processo de elaboração do substitutivo e, por consequência, controlar o próprio Cabral. Não conseguiu. Cabral não obedeceu rigidamente ao novo cronograma fixado por Ulysses e não decidiu acatar sua decisão de mostrar um esboço do substitutivo previamente aos líderes da Aliança Democrática.

Covas também foi aliado do processo por Cabral. Reunido na casa do deputado Ulysses Guimarães na manhã de domingo, com os relatores adjuntos, Covas não foi convidado e acabou cancelando, irritado, uma reunião em sua casa, à tarde, onde se encontraria com os relatores e com Cabral. Covas considerou uma agressão o fato de o próprio Cabral ter revelado a reunião à imprensa.

Para chegar ao substitutivo, Cabral cercou-se de relatores adjuntos retirados do PMDB, o líder do partido no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS), Wilson Martins (PMDB-MS), José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ). Mais ligado aos dois últimos por laços de amizade, Cabral espelhou-se muito também na orientação jurídica do assessor Vicente Caccione, ouvia constantemente o consultor Saulo Ramos e fazia do jurista Sérgio Ferraz, outro amigo, sua "eminência parda". Ferraz não participava pessoalmente das negociações no BB.

Os setores centristas do PMDB ofereceram como contribuição o projeto "Hércules", elaborado por parlamentares de vários partidos, sob a coordenação do senador José Richa. O jurista Sérgio Ferraz também ofereceu um projeto, tomado igualmente como parâmetro do relator. O deputado Ulysses Guimarães e seu grupo acabaram vendo aproveitadas várias de suas contribuições, na opinião do jurista Miguel Reali Júnior.

Covas, apesar de afastado dos trabalhos, tinha suas ideias defendidas pelo "grupo do consenso", liderado pelo deputado Euclides Scalco e pelo trabalho do jurista José Afonso da Silva, e acabou tendo aproveitada a proposta de reforma agrária, com imissão imediata da posse, ressaltado o prazo de noventa dias para a Justiça pronunciar-se.

Foi a proposta de parlamentarismo, na fórmula encontrada por Afonso Arinos, no entanto, a decisão que mais surpreendeu não apenas o governo, como os próprios relatores adjuntos. O senador Fernando Henrique Cardoso já admitia, na tarde de ontem, que a fórmula passaria por negociações. "A solução Afonso Arinos pode ser um pouco mudada." Até aquele momento, ninguém esperava objeções radicais ao parlamentarismo por parte dos militares, por onde Cabral sempre transitou bem. Um dos parlamentares que participaram da elaboração do substitutivo prevenia, dias atrás, o ministro Leônidas Pires Gonçalves.

"Ministro, é preciso preparar-se para a eventualidade de ser adotado o parlamentarismo", avisou.

"E, mas tem de ser um parlamentarismo muito à brasileira", respondeu o ministro, na versão do parlamentar.